

ISSN: 2319-0124

EDUCAÇÃO PERMANENTE NA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Rita Tassiana da COSTA¹; Larissa Dela Líbera MIRANDA²

RESUMO

A educação permanente permite uma reflexão do local de trabalho, logo, permite a busca diária por inovação, com isso, permitindo ao colaborador aprendizado em seu próprio ambiente de trabalho. Na área da urgência e emergência funciona como um aperfeiçoamento do processo de trabalho, permitindo o resumo, identificação dos resultados, tornando parte do dia a dia o processo de aprender e o ensinar. O presente estudo apresentou como objetivo a identificação da importância da educação permanente na urgência e emergência e como este pode influenciar o desenvolvimento do trabalho do colaborador. Trata-se de uma pesquisa de revisão de literatura, com levantamento de artigos acerca do tema. A educação permanente em saúde permite constantes aprendizados e modificações no seu ambiente de trabalho, além de fortalecer o conhecimento já existente. Com o resultado desta pesquisa foi possível contribuir para a reflexão acerca da importância da educação permanente na área da urgência e emergência, e como a mesma pode trazer para o colaborador a certeza de um atendimento mais eficiente e menos passível de erros.

Palavras-chave: Estudo; Atendimento Eficaz; Saúde do Trabalhador.

1. INTRODUÇÃO

A Educação permanente em saúde – EPS – é necessária para as mudanças de trabalho no setor da saúde, tendo em vista, que o lugar possibilite reflexão, e que as ações sejam desenvolvidas de forma compromissada e competente. É formada por estratégias fundamentais que modificam o ambiente para que o mesmo possa transmitir inovação e segurança ao colaborador (FAGUNDES *et al.*, 2016; CASTRO, CAMPOS, 2014).

A EPS permite ao profissional atuante na área da saúde frequentes aprendizados e modificações em seu ambiente de trabalho, fortalecendo sempre seus conceitos já existentes. Em âmbito hospitalar permite um saber transformador e significativo, sendo necessária para a qualificação profissional permitindo a transformação da realizada que é trazida à tona (CAMPOS, SENA, SILVA, 2017).

Segundo Costa e Corazza, (2020), a educação permanente na área de urgência e emergência tem como objetivo a análise, síntese e identificação dos resultados do tema que foi proposto. A EPS funciona como o aperfeiçoamento no processo de trabalho, tornando parte do dia a dia das organizações o ensinar e aprender, transformando em práticas profissionais o que acontece no cotidiano laboral.

¹ Unipinhal, Curso de Graduação em Urgência e Emergência – enf.tassiana.costa@gmail.com

² Unipinhal, Curso de Graduação em Urgência e Emergência - prof.larissa.miranda@unipinhal.edu.br

A prática pode ser entendida como conhecimento para o colaborador e a EPS permite essa reflexão da assistência prestada. Colocando o indivíduo como o principal ator da ação, permitindo a construção do conhecimento e das possibilidades de ação, ao invés de apenas receber de maneira vertical a informação, com isso, havendo um processo de aprendizado de maior qualidade e organização (BRASIL, 2018).

Mediante ao exposto, o estudo em questão buscou observar na literatura a importância da educação permanente e na área de urgência e emergência. E como tais ações influenciam diretamente no desenvolvimento do trabalho do colaborador.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Pesquisa de revisão bibliográfica, desenvolvida através de um levantamento de dados de publicações já existentes acerca do tema, sendo esta de caráter exploratório e interpretativo. A busca foi realizada nas bases de dados online: Scielo (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), por meio dos seguintes descritores: “educação continuada”, “educação continuada urgência e emergência”, “educação permanente e a urgência a emergência”, “educação permanente e a enfermagem” e “enfermagem e a urgência e emergência”.

Foram selecionados os artigos que possuíam relevância para o estudo, fossem escritos em português, espanhol ou inglês e que estivessem descritos na íntegra. Como critério de exclusão os artigos publicados em outros idiomas, que não estivessem na íntegra ou não apresentassem relevância para a pesquisa. A busca aconteceu entre os meses de Janeiro a Março do ano de 2022, e posteriormente, todo o material encontrado foi analisado para a elaboração do estudo.

3. DESENVOLVIMENTO

O programa de educação permanente, no Brasil, foi desenvolvido pela Portaria GM/MS nº 198, de 13 de fevereiro de 2004, e sofreu alteração em 2007 através da portaria GM/MS nº 1996, de 20 de agosto de 2007, que pontua orientações atuais que auxiliariam para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde – PNEPS, que visa a melhoria das práticas de ensino da área de saúde, contendo novas metodologias para que os profissionais de saúde se mantenham atualizados (STROSCHEIN, ZOCCHÉ, 2011).

A EPS funciona como um aprendizado no trabalho, onde há um elo entre o aprender e o ensinar e o cotidiano da instituição. Sendo esta, uma importante ferramenta para o desenvolvimento e processo de formação dos trabalhadores da saúde, que permitem que sejam atendidas as demandas populacionais, conforme descritos na Portaria nº 198/GM/MS de 2004.

É necessário que haja a educação permanente e a capacitação das equipes de saúde em todos os tipos de atendimento, na urgência e emergência é um ponto primordial para a manutenção da

vida. Ocorrendo um comum acordo entre os profissionais de nível técnico e superior na gestão e atenção pré-hospitalar fixa e móvel, hospitalar e pós-hospitalar, todos em conforme a diretriz do SUS, sendo embasados pelos polos de educação permanente em saúde, sendo estruturados pelos Núcleos de Educação em Urgências que são regidos pela Portaria GM/MS nº2.048/02 (BRASIL, 2002).

A atualização e a EPS agregam conhecimento técnico-científico aos profissionais e para que haja uma melhora na qualidade do atendimento ofertado, além de melhorar o processo de trabalho. Visando tais necessidades entra em ação o Núcleo de Educação Permanente (NEP), que foi desenvolvido a partir do Núcleo de Educação em Urgências (NEU) no ano de 2006, através da Política Nacional de Atenção às Urgências (PNAU). Tendo como principal objetivo a promoção da educação permanente dos colaboradores, além da estimulação da adequação curricular nas instituições, abrangendo as necessidades do Sistema Único de Saúde – SUS – além da atenção as urgências e emergências (BRASIL, 2006; SILVA, VRIESMANN, 2019).

Levando em consideração o número de morbimortalidade dos brasileiros e a ocorrência de todas as urgências, incluindo o trauma e a violência, houve a instituição da Política Nacional de Atenção as Urgências através do Ministério da Saúde, intermediado pela implantação do Serviço Móvel de Urgência, SAMU, e para uma adesão eficaz, houve a necessidade de uma captura de profissionais que apresentassem qualificação dentro da área para que fosse montado o time de atendimento (BRASIL, 2003).

O aprender e o ensinar podem se incorporar ao dia a dia dos profissionais da saúde, sendo, a educação permanente, o elo das necessidades de aprender e as necessidades laborais. Tal prática pode permitir a atualização, análise crítica e reflexão do processo de trabalho e de formação, e com isso, sendo cada vez mais fácil identificar os problemas e elaborar estratégias para sanar o mesmo (MERTHY, 2005).

Tendo isso em vista, a educação trabalha em cima da construção de conhecimento baseadas nas experiências individuais, os conteúdos são colocados para os alunos em formato de problema, permitindo assim sua reflexão e a identificação dos pontos falhos e como poderá ser melhorada (FREIRE, 1993; FERNANDES, 2011).

5. CONCLUSÕES

Com a realização desta pesquisa foi possível perceber que a educação permanente se propõe a melhorar o desenvolvimento do trabalho da enfermagem, além de haver a possibilidade de identificar pontos positivos e negativos durante todo o processo.

Na urgência e emergência fica visível a importância da EPS, já que ela permite que os

profissionais se aperfeiçoem que tragam vivências para o ambiente laboral e com isso, trabalhar e identificar situações, possíveis erros, visando sempre a melhoria para o paciente, sendo o enfermeiro fundamental, desenvolvendo seu papel de educador.

REFERÊNCIAS

- BRASIL.** Ministério da Saúde. Protocolos da Unidade de Emergência / Hospital São Rafael. Monte Tabor. 10. ed. Brasília, 2002.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA,** Exército Brasileiro, gabinete do Comandante. Regulamento interno e dos serviços gerais–R-1. Brasília, DF, 2003
- BRASIL.** Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção às Urgências. 3. ed. Brasília-DF; 2006.
- BRASIL.** Ministério da Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? Brasília: Ministério da Saúde. 2018.
- CAMPOS, K. F.; SENA, R. R.; SILVA, K. L. Educação permanente nos serviços de saúde. **Educação em serviço**, v. 21, n. 4, p. 01-10, 2017.
- COSTA, A. M. C., CORAZZA, F. H. Desafios enfrentados pelo enfermeiro na realização do acolhimento com classificação de risco em unidades de urgência e Emergência. **Revista científica eletrônica de ciências aplicadas da fait**. n. 2. Novembro, 2020.
- CASTRO, C. P., CAMPOS, G. V. S. Apoio institucional Paideia como estratégia para educação permanente em saúde. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 29-50, jan./abr. 2014.
- FAGUNDES, N. C., RANGEL, A. G. C., CARNEIRO, T. M., CASTRO, L. M. C., GOMES, B. S. Educação permanente em saúde no contexto do trabalho da enfermeira. **Revista Enfermagem**, v. 24, n. 1, p. 1-6, 2016.
- FERNANDES, A. M. Educação Permanente em Unidades de Urgência e Emergência: do significado à Prática. 2011. 65 f. **Dissertação (mestrado)** - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Medicina de Botucatu, 2011.
- FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.
- MERTHY, E. E. O desafio que a educação permanente tem em si: a pedagogia da implicação. **Interface – Com, S Educ**, v.9, p.161-177, 2005.
- PORTARIA nº 198/GM/MS.** Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para formação e do desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil., Brasília DF; 2004.
- PORTARIA GM/MS nº 1.996, de 20 DE AGOSTO de 2007.** Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política da Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. Brasília -DF: Ministério da Saúde, 2007.
- SILVA, J.T., VRIESMANN, L.C. Educação Permanente Em Saúde Em Serviços de urgência e emergência hospitalar. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 13, n.14, p. 154-172, 2019.
- STROSCHEIN, K. A., ZOCHE, D. A. A. Educação permanente nos serviços de saúde: um estudo sobre as experiências realizadas no Brasil. Trabalho, **Educação e Saúde**, v.9, n.3, p. 505-519, 2011.